

O NEOLIBERALISMO E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

THE PROFESSIONAL PRACTICE OF THE SOCIAL WORKER IN SOCIAL ASSISTANCE POLICY AND THE LIMITS OF NEOLIBERALISM

Bárbara Resende Batista¹, Andreia Cristina da Silva Almeida²

RESUMO

Este artigo propõe-se a iniciar breves problematizações sobre os impactos do neoliberalismo que estrutura a ação dos governos brasileiros na efetivação dos direitos sociais e por consequência um conjunto de dificuldades na atuação profissional do Assistente Social, com destaque aos que atuam na Política de Assistência Social, entre os anos de 1990 e 2022. O objetivo principal é compreender como o neoliberalismo atinge a oferta e garantia dos direitos sociais, com destaque aos garantidos pela Política de Assistência Social e, consequentemente, na prática profissional inserido nessa Política Social. Para alcançar nossos objetivos, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentada em legislações, artigos científicos e documentos oficiais da Política de Assistência Social. Os resultados revelam que os governos de orientação neoliberal (Fernando Henrique Cardoso, Temer e Bolsonaro) priorizaram o ajuste fiscal, a privatização e o desmonte das políticas sociais, impactando negativamente o Sistema Único de Assistência Social e a prática profissional. Já os governos de centro-esquerda (Lula e Dilma) ampliaram programas sociais e fortaleceram a proteção social, embora com limitações estruturais de cunho neoliberal. Conclui-se que o neoliberalismo fragiliza a Política de Assistência Social ao transferir responsabilidades estatais para o setor privado, agravando a precarização do trabalho e restringindo o acesso a direitos. Ressalta-se a importância de uma atuação crítica e ética dos(as) assistentes sociais, além da mobilização da categoria em defesa das políticas públicas.

Palavras-chave: políticas neoliberais; assistente social; assistência social.

¹ Discente do curso de Serviço Social da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social – FACES da Universidade Federal de Uberlândia. barbara.resende@ufu.br

² Docente, Adjunto II do curso de Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal – ICHPO da Universidade Federal de Uberlândia. andreia.almeida@ufu.br

ABSTRACT

This article aims to initiate brief problematizations about the impacts of neoliberalism that shape the actions of Brazilian governments in the implementation of social rights and, consequently, create a set of challenges in the professional practice of Social Workers, especially those working in the Social Assistance Policy, between the years 1990 and 2022. The main objective is to understand how neoliberalism affects the provision and guarantee of social rights, with emphasis on those ensured by the Social Assistance Policy and, consequently, on the professional practice within this Social Policy. To achieve our objectives, the research adopted a qualitative and bibliographic approach, based on legislation, scientific articles, and official documents related to the Social Assistance Policy. The results reveal that neoliberal-oriented governments (Fernando Henrique Cardoso, Temer, and Bolsonaro) prioritized fiscal adjustment, privatization, and the dismantling of social policies, negatively impacting the Unified Social Assistance System (SUAS) and professional practice. On the other hand, center-left governments (Lula and Dilma) expanded social programs and strengthened social protection, although with structural limitations of a neoliberal nature. It is concluded that neoliberalism weakens the Social Assistance Policy by transferring state responsibilities to the private sector, worsening labor precariousness and restricting access to rights. The importance of a critical and ethical stance by social workers is emphasized, as well as the mobilization of the category in defense of public policies.

Keywords: neoliberal policies; social worker; social assistance.

1. INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Social no Brasil tem sido um campo de disputas e transformações, especialmente diante da influência das políticas neoliberais que redefiniram o papel do Estado na garantia de direitos sociais. Este trabalho busca analisar a atuação profissional do(a) assistente social nesse contexto, destacando os desafios impostos pelo neoliberalismo e as implicações para a efetivação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Parte-se do pressuposto de que o avanço das políticas neoliberais no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990, impactou profundamente a Política de Assistência Social, promovendo a redução do financiamento estatal, e com isso a precarização das condições de trabalho dos(as) trabalhadores sociais, dentre eles os/as assistentes sociais e, sobretudo, a restrição do acesso da população aos direitos sociais. Nesse contexto, entende-se que a atuação profissional do(a) assistente social é tensionada entre as demandas institucionais limitadas e os princípios ético-políticos da profissão, exigindo uma postura crítica e comprometida com a defesa intransigente dos direitos humanos e da justiça social.

Diante disso, este estudo busca responder à seguinte pergunta-problema: quais os principais desafios éticos, metodológicos e políticos que os assistentes sociais inseridos na Política de Assistência social enfrentam diante dos anseios neoliberais, com destaque na Política de Assistência Social?

A partir de uma abordagem bibliográfica e qualitativa, o estudo percorre, brevemente, os governos brasileiros desde a década de 1990 até o governo Bolsonaro (2022), identificando como as políticas neoliberais impactaram a assistência social e a prática profissional dos(as) assistentes sociais.

O neoliberalismo, enquanto ideologia e prática política, promove a redução do Estado na promoção de direitos sociais, prioriza a lógica de mercado e a responsabilidade individual. Esse processo resultou em cortes orçamentários, precarização dos serviços públicos e fragilização das políticas sociais, afetando diretamente a população mais vulnerável e os profissionais que atuam nessa área. A atuação do(a) assistente social, regulamentada pela Lei nº 8.662/93 e pelo Código de Ética Profissional, tem sido tensionada entre as demandas institucionais e as necessidades da população, evidenciando os limites impostos pelo neoliberalismo.

A escolha do tema justifica-se pela relevância da assistência social como política pública essencial para a garantia de direitos e a redução das desigualdades sociais. Além disso, a análise da atuação profissional do(a) assistente social nesse contexto permite refletir sobre os desafios éticos e metodológicos enfrentados pela categoria, bem como sobre as estratégias de resistência e enfrentamento às políticas neoliberais.

O objetivo geral deste trabalho é problematizar sobre os limites impostos pelo neoliberalismo na prática profissional do(a) assistente social na Política de Assistência Social. Também como objetivos específicos deste estudo incluem: compreender os impactos das políticas neoliberais na assistência social brasileira; analisar a atuação do(a) assistente social diante dos desafios impostos pelo neoliberalismo; e refletir sobre os princípios éticos e a prática profissional no contexto da PNAS.

Este trabalho estrutura-se em três eixos principais: a análise conceitual do neoliberalismo e sua influência nas políticas sociais; a trajetória da Política de assistência social no Brasil, com ênfase nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro; e a atuação profissional do(a) assistente social na PNAS, destacando os desafios de enfrentamento às políticas neoliberais.

Ao final, espera-se contribuir para o debate sobre a Política de Assistência Social no Brasil, refletindo sobre os limites impostos pelo neoliberalismo e as possibilidades de atuação profissional comprometida com a garantia de direitos e a justiça social.

O presente trabalho adota uma abordagem de pesquisa bibliográfica e qualitativa, baseada em materiais científicos pré-existentes, como livros e artigos, produzidos por diversos intelectuais sobre o tema, conforme destacam Chizzotti (2018) e Gil (2002). A bibliografia selecionada, obtida em fontes como a biblioteca básica do Serviço Social, periódicos eletrônicos (SciELO, Revista Serviço Social e Sociedade, Revista Emancipação) e anais de eventos (JOINPP, ENPESS, CBAS), além de materiais do curso de capacitação “Pensamento Crítico Acerca da Sociedade Neoliberal” da Unioeste, servem como base teórica para embasar a investigação e enfrentar desafios teóricos e práticos.

A pesquisa qualitativa apresenta-se como uma metodologia apropriada para a investigação de questões complexas e específicas. Conforme Deslandes e Minayo (2007), esse tipo de pesquisa visa responder a problemáticas singulares, voltando-se para aspectos da realidade que não podem ser traduzidos em números. Trata-se de uma abordagem que lida com o universo dos significados, valores, motivações, crenças e atitudes, ou seja, elementos

que compõem a dimensão subjetiva e profunda das relações sociais, processos e fenômenos, os quais não se prestam à simples quantificação ou à redução a variáveis mensuráveis.

Nesse sentido, a presente investigação se debruça sobre os impactos das políticas neoliberais na atuação dos assistentes sociais no Brasil, no recorte temporal de 1990 a 2022. A proposta é realizar uma análise conjuntural dessas políticas, articulando dados e referências bibliográficas, a fim de compreender os fatores econômicos que possibilitaram sua implementação e consolidação no país.

A coleta e análise das informações ocorreu de forma sistemática, com o objetivo de produzir resultados respaldados por evidências sólidas e pertinentes, capazes de esclarecer os desafios e contradições enfrentados no contexto brasileiro. Dessa forma, o estudo adota uma abordagem teórico-metodológica crítica e contextualizada, contribuindo para uma compreensão aprofundada e reflexiva da temática investigada.

2. ASPECTOS CONCEITUAIS E CONJUNTURAIS DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Considera-se que o neoliberalismo é uma corrente política e ideológica que se apresenta de modo contrário ao Welfare State (Estado de Bem-Estar Social), na qual o Estado tem por obrigação garantir o mínimo social³ aos cidadãos, intervir na economia e se responsabilizar pelo custo das políticas de seguridade social. O neoliberalismo promove políticas que enfatizam a liberdade individual, o empreendedorismo e a responsabilidade pessoal. Sob a retórica de livre-mercado e privatização, esse sistema tem favorecido a centralização da riqueza e a manutenção do poder da elite capitalista, especialmente do setor financeiro. Apesar das críticas, essa abordagem continua a prevalecer em várias políticas estatais, especialmente na proteção das instituições financeiras. (Menchise; Ferreira; Álvarez, 2023, p. 1 *apud* Harvey, 2011, p. 15).

A concepção ideológica neoliberal consiste na alternativa do livre mercado e de que os cidadãos possam consumir desenfreadamente, com a falácia da individualização, da meritocracia e a culpabilização do indivíduo, visa a retirar as funções do Estado de intervenção sobre a economia, além de cortes no orçamento público, segundo (Menchise; Ferreira; Álvarez, 2023, p. 5 *apud* Harvey, 2011, p. 15) Para os pensadores neoliberais, como Hayek e Ludwig von Mises, o Estado ao intervir na economia acaba desencorajando os empreendedores e a livre iniciativa, contudo, o discurso neoliberal adota a concepção de Estado mínimo na economia e Estado máximo na desregulamentação de políticas públicas e sociais, visa a regressão das conquistas adquiridas pelo povo trabalhador brasileiro.

Todavia, o neoliberalismo opera em uma lógica na qual o sistema político se baseia no livre mercado, na livre concorrência; na redução do Estado perante a economia; na desregulamentação de políticas sociais e repressão dos movimentos sociais que lutam por direitos sociais, segundo Pinheiro, Giambiagi e Moreira (2001). Como consequências dessa ideologia na realidade brasileira nota-se: desigualdade econômica e social, concentração da riqueza socialmente produzida e desigualmente distribuída, precarização das relações de trabalho, diminuição de direitos trabalhistas e previdenciários, privatização de bens e serviços públicos, crises financeiras e econômicas, dentre outros.

³ Terminologia usada pelo neoliberalismo.

2.2. O neoliberalismo e os governos brasileiros: aproximações sobre os principais aspectos

No início dos anos 1990, o discurso neoliberal no Brasil visava estruturar uma economia devastada pela inflação, ganhando força durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Afirma Sallum Jr., Goulart (2016), que o reformismo neoliberal⁴ buscou expandir o mercado interno para exportação e promoveu uma onda de privatizações, prejudicando conquistas da Constituição de 1988 e desregulamentando direitos trabalhistas, o que contribuiu para o desemprego e a pobreza.

Segundo Sallum Jr., Goulart, (2016), a estrutura da economia e do mercado de trabalho foi fortemente influenciada pelas grandes privatizações, pela expansão do mercado interno voltado à exportação e pela política macroeconômica adotada. As ideias neoliberais e o plano desenvolvimentista enfraqueceram as lutas dos movimentos sindicais e sociais, ao mesmo tempo em que sustentaram um conjunto de concepções que garantiram a reestruturação do Estado por meio do neodesenvolvimentismo. Esse processo favoreceu a hegemonia do plano nacional, permitindo uma articulação entre os burocratas do Estado e o empresariado, além de aumentar significativamente a venda de empresas públicas ao setor privado.

O governo de Cardoso foi marcado por dois ciclos de reformas no sistema de políticas sociais. O primeiro ciclo de reformas ocorreu entre 1995 e 1998, e o segundo ciclo de reformas aconteceu de 1999 a 2002. Durante esse período, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, mesmo materializada como programa de seguridade social estabelecida na Constituição Federal de 1988, apresentou enormes desafios no decorrer desses ciclos, visto que, o governo priorizou a responsabilidade fiscal e a redução do papel do Estado na economia, adotando uma abordagem mais restritiva para as políticas sociais, tornando-as fragmentadas e focalizadas. (Lima; Anastácio; Bastos, 2015). O foco nos cortes de gastos na eficiência do setor público frequentemente foi prejudicado nos investimentos em programas de assistência social. (Draibe, 2003).

⁴ O reformismo liberal, refere-se a um conjunto de políticas e ideologias que buscam promover a liberalização econômica e a modernização do Estado, sem necessariamente adotar uma abordagem neoliberal radical. Esse conceito é caracterizado por uma tentativa de equilibrar a intervenção do Estado na economia com a promoção de um ambiente favorável ao mercado.

Em 2002, Luís Inácio Lula da Silva – Lula, foi eleito o 35º presidente do Brasil, tomando posse em 2003. Sua eleição é considerada um marco revolucionário na história do país, apesar das limitações impostas pelo cenário neoliberal da época.

Os anos 2000 foram marcados pela consolidação da democracia com a eleição de um candidato de centro-esquerda. Lula elaborou um governo focado em manter o equilíbrio fiscal e controlar as taxas de juros para gerar superávit primário e aumentar os gastos assistenciais e previdenciários, esse discurso gerou tensão nos setores econômicos e sociais no país.

Segundo Maciel (2012), o governo Lula durante seus oito anos de governo, conseguiu estabelecer e fortalecer o neoliberalismo como programa político dominante entre as elites no poder, obtendo apoio ativo das principais organizações sindicais e, de forma mais tímida, das vastas massas de trabalhadores desorganizados, através do lulismo e das políticas sociais de compensação. O "lulismo" pode ser interpretado como uma estratégia política de conciliação de interesses que busca manter o apoio popular enquanto se adota uma agenda econômica que pode ser vista como contrária aos interesses dos trabalhadores mais desfavorecidos. As políticas sociais compensatórias⁵, embora tenham tido um impacto significativo na redução da pobreza e da desigualdade durante os anos de governo Lula, também podem ser vistas como uma forma de amenizar os impactos negativos das políticas econômicas neoliberais sobre as camadas mais vulneráveis da população, como aumento da pobreza, do desemprego, a violência, da fome, dentre outros impactos.

A assistência social no governo de Lula é marcada pelas limitações da política social, certa vez que, segundo Almeida (2004), o governo não demonstrou ter uma visão clara e realista de proteção social que pudesse orientar as ações públicas mesmo com a criação de programas assistenciais de transferência de renda como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada – BPC, portanto, esta política (assistência social) é de caráter focalista e excludente, marcada pela sua restrição, destinada aos mais pobres, objetivando alcançar apenas no sentido matemático voltado apenas a questão da “renda” dos indivíduos atendidos. (Siqueira, 2012, p. 93).

Em seguida, no governo da 37º presidente Dilma Rousseff (2011-2016) deu continuidade ao governo petista anterior, contou com forte engajamento e participação da sociedade brasileira e dos movimentos sociais. A presidente adotou seguir com o plano

⁵ Políticas compensatórias são ações de assistência social que buscam mitigar desigualdades sociais e amenizar os efeitos negativos das políticas neoliberais, sem alterar as estruturas que geram essas desigualdades. (Behring, Boschetti, 2011).

social-desenvolvimentista⁶, criando e ampliando gradativamente suas políticas e programas sociais.

Durante o governo Dilma Rousseff, houve a continuidade de diversas políticas sociais iniciadas no governo de Lula, como o Bolsa Família, Luz para Todos, ProUni, Brasil Sorridente e o Minha Casa Minha Vida. Além disso, no início de seu mandato, Dilma lançou o Programa Rede Cegonha, voltado para o apoio a gestantes, nutrizes e bebês. Seu governo também foi marcado pelo aumento do consumo e pela expansão dos programas de transferência de renda (Miani; Oliveira, 2022). Em seu governo é possível notar a continuidade das políticas adotadas pelo ex-presidente Lula e pela criação de novas políticas sociais, além reparar no aumento do consumo e o aumento de programas de transferência de renda.

Segundo Ozanira (2018), a assistência social durante o governo de Rousseff é caracterizada pelo aumento orçamentário destinado a esta política, aumento e criação de programas e benefícios sociais mais eficientes que atendam as necessidades da população e que seja capaz de alcançar a pobreza, com o intuito de eliminar a miséria e transformar o cidadão em consumidor, e assim melhorar o mercado interno. (Lasta, 2015, p. 85).

De acordo com Lasta (2015), é possível observar que os programas de proteção social operam enquanto estratégias no jogo neoliberal através das políticas sociais e da assistência social, regulando o mercado interno, reduzindo a pobreza, aumentando as taxas de emprego no país e, tornando o indivíduo em cidadão-consumidor.

Em 2016, a presidenta Dilma Rousseff sofreu um processo de impeachment que resultou em sua destituição do cargo sob a alegação de crime de responsabilidade fiscal. No entanto, o processo foi amplamente questionado por setores acadêmicos e sociais, que o consideraram um golpe institucional motivado por interesses políticos e econômicos contrários às políticas sociais em curso. O afastamento de Dilma marcou uma inflexão na agenda do governo federal, possibilitando a ascensão de um projeto de caráter mais alinhado ao neoliberalismo, sob a liderança de Michel Temer (MDB).

Michel Temer assumiu o governo em 2016 após o impeachment de Dilma Rousseff, que foi destituída por crime de responsabilidade fiscal, e ficou na presidência até 2018. Seu

⁶ O desenvolvimentismo é uma ideologia que objetiva o crescimento econômico com participação ativa do Estado. O pensamento desenvolvimentista não decorre de um grande pensador, trata-se de uma ideologia mutante. Por isso mesmo, ao longo das décadas, pudemos acompanhar sua reformulação em novas correntes como: novo desenvolvimentismo e **social-desenvolvimentismo**.

governo foi marcado por diversas reformas econômicas e políticas, com um foco na estabilização fiscal e na retomada do crescimento econômico. Em contrapartida, seu governo enfrentou bastante resistência, especialmente dos movimentos sociais e de partidos de oposição.

Temer implementou um rigoroso programa de austeridade fiscal com o objetivo de controlar o déficit público e reduzir a dívida pública, portanto, o cenário econômico da época, foi marcado pela recessão no início e lenta recuperação no final de seu mandato; quanto às políticas econômicas, seu mandato atuou com rigidez e foco em reformas estruturais, como por exemplo, reforma trabalhista aprovada em 2017, que altera cem pontos da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

O governo de Michel Temer é marcado pela forte adoção de políticas neoliberais, reformas estruturais e redução do papel do Estado, aceleração das privatizações e concessões em diversos setores, incluindo energia e infraestrutura, forte controle e corte de gastos públicos, incluindo a Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como Teto de Gastos, que estabeleceu o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos. Essa medida impactou diretamente as políticas sociais, inclusive a assistência social, ao limitar os recursos disponíveis para sua manutenção e expansão. Houve também a redução e reestruturação de programas sociais, com foco na sustentabilidade fiscal, alta taxa de desemprego, e uma recuperação econômica apenas gradual ao final do mandato. A PNAS no governo de Michel Temer é marcada pela regressão das conquistas concedidas nos últimos dois governos anteriores. É caracterizada pela privação de direitos às políticas e programas sociais; redução e cortes no orçamento destinado à assistência social, o que provocou intensas mudanças no cenário econômico brasileiro gerando impacto na vida da população brasileira mais vulnerável e aumentando drasticamente as expressões da questão social. (Santos; Bonetti; Matielo, 2018, p. 7).

Em janeiro de 2019, Jair Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil, tornando seu mandato marcado por diversas ações e políticas que impactaram as áreas das políticas públicas e sociais. Seu governo foi marcado por uma crescente onda de fake News, conservadorismo, negacionismo, ideias neofascistas, defasagem e desmonte de direitos sociais, além do ataque ferrenho às variadas minorias e forte presença do ultra neoliberalismo.

Desde os primeiros dias do mandato de Bolsonaro em 2019, seu plano de ação estava direcionado a um conjunto de ações que visavam reduzir os gastos do Estado sobre as

políticas públicas para garantir a estabilidade econômica do país. Portanto, em 2020 com a pandemia do Covid-19 o governo precisou ampliar o gasto público com programas de transferência de renda (auxílio emergencial, antigo bolsa família), todavia, o país enfrentou um aumento brusco nos produtos alimentícios, no gás de cozinha, petróleo, combustíveis entre outros.

Durante o período da pandemia (2020-2023) é possível destacar o aumento da inflação e das taxas de juros, além de aumento volátil no desemprego, altas taxas de informalidade no mercado de trabalho, trabalho infantil, trabalho análogo a escravidão, fome, miséria etc., fazendo com que o país voltasse ao mapa da fome da ONU⁷, qual havia saído em 2014.

Segundo Guedes (2022) no governo Bolsonaro, especialmente na pandemia de Covid-19, a insegurança alimentar no Brasil se agravou significativamente. Mais da metade da população (58,7%) vivia em situação de insegurança alimentar, destacando um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade naquele período.

A Política de Assistência Social durante o governo de Bolsonaro sofreu medidas drásticas nas políticas e benefícios, tais como o programa Bolsa Família que se transforma totalmente em viés neoliberal focalizado apenas nos mais pobres como proposta deste governo e o BPC que sofre alterações dificultando o acesso e concessão do benefício à população que dele necessita, além dos cortes destinados ao benefício em mais de 57,39% do valor voltado a PCD e 44% destinado a pessoa idosa, e corte de 49,48% nos recursos voltados aos serviços assistenciais. (Costa, 2019).

Ainda neste governo houve o risco iminente de paralisação dos serviços prestados pelo SUAS e risco de fechamento dos equipamentos públicos de assistência social. Para além disso, os equipamentos de proteção social CRAS e CREAS funcionaram sobre extrema precarização dos serviços prestados à população em função ao desfinanciamento e desmonte da assistência social (Silva; Mauriel, 2023, p. 95). Enquanto isso, o país enfrenta uma grande presença de polarização das expressões da questão social, e como consequência deste cenário, o aumento das demandas assistenciais.

⁷ Organização das Nações Unidas

3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS INTERFERÊNCIAS NEOLIBERAIS

3.1. Da benemerência ao direito, do direito ao assistencialismo e do assistencialismo à proteção social descentralizada

Para entender a atual Política de Assistência Social, é essencial analisar sua origem filantrópica antes do reconhecimento como direito social. Historicamente, a assistência social no Brasil era vista como caridade, promovida por entidades religiosas e ações voluntárias. Segundo Iamamoto e Carvalho (2023), essa abordagem evoluiu para uma intervenção estatal mais estruturada, em resposta ao crescimento da classe trabalhadora e sua participação política.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS de 1993 garantem a assistência social como um direito não contributivo, centralizando a atuação do Estado na universalização e acesso a serviços sociais, com a participação da sociedade. Essa política busca combater a pobreza e a desigualdade, sendo de caráter focalista, ou seja, direcionada aos mais pobres.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, estabeleceu diretrizes para consolidar a assistência social como um direito de cidadania, promovendo um modelo de gestão compartilhada entre os níveis de governo, detalhando suas responsabilidades na prestação de serviços socioassistenciais. Sendo assim, a criação e implementação da PNAS tem como objetivo estabelecer e clarificar as diretrizes para garantir que a assistência social seja reconhecida como um direito de todos os cidadãos e uma responsabilidade do Estado. (Yazbek *et al*, 2012).

Além disso, a PNAS tem como objetivos promover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitam; contribuir com a inclusão e equidade dos usuários, ampliando o acesso e os bens de serviços socioassistenciais em área urbana e rural; assegurar que ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (MDS/PNAS, 2004, p.27).

Segundo Couto, Yazbek *et al* (2012) a PNAS reconhece que a vulnerabilidade e o risco social são parte integrante da vida em sociedade, sendo agravados por fatores como

desigualdade, pobreza e exclusão social. Portanto, a proteção social não contributiva, oferecida pela assistência social, busca mitigar esses riscos, promover o bem-estar dos cidadãos e garantir o acesso a direitos essenciais. Essa proteção não depende de contribuições prévias dos indivíduos, como ocorre na previdência social, mas sim de sua condição de vulnerabilidade.

A assistência social nesse papel de proteção social não contributiva, reforça a ideia de que a garantia de direitos e a promoção da cidadania são responsabilidades do Estado, com a assistência social atuando como uma política pública essencial para a proteção dos indivíduos ao longo de todo o ciclo de vida.

O assistencialismo abrange ações e políticas que visam fornecer assistência social a indivíduos em situação de vulnerabilidade, frequentemente caracterizadas por clientelismo e filantropia, sem abordar as causas da desigualdade. Sua relevância cresceu com a reestruturação produtiva, associando-se ao direito social, especialmente em um contexto de desemprego e precarização do trabalho, onde atua como proteção social.

A descentralização da assistência social no Brasil, impulsionada pela Constituição de 1988, distribui o poder decisório da esfera federal para as esferas estaduais e municipais, permitindo que governos locais se adaptem às políticas e às necessidades da população. Esse processo também fomentou o envolvimento da sociedade civil nas decisões governamentais, exemplificado pela criação de conselhos paritários que garantem a participação da população nas políticas de assistência social.

4. O (A) ASSISTENTE SOCIAL E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SOB INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO

4.1. Estrutura de trabalho, atendimento de direitos e acesso de recursos

Nas discussões anteriores, fizemos um recorte da PNAS nos governos desde o final do século XX, abordando o governo de Fernando Henrique Cardoso até o governo do ex-presidente Bolsonaro, além de abordarmos a política de assistência social e o neoliberalismo. Para darmos continuidade a discussão, precisamos entender a estrutura de trabalho do(a) profissional do Serviço Social inserido na Política de Assistência Social, destacando os efeitos do neoliberalismo e os desafios enfrentados por esses profissionais.

O trabalho do(a) assistente social é firmado pela Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93 e pelo Código de Ética Profissional do(a) Assistente social que dispõe sobre as competências e atribuições para o exercício da profissão.

Segundo o art. 2º do Código de Ética, dentre os deveres dos(as) assistentes sociais um deles consiste em participar ativamente na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais. Uma vez que, este profissional atuando na PNAS e com capacidade de um olhar crítico para o processo histórico-conjuntural em que se estão inseridas as demandas sociais da instituição de sua atuação, consegue ter amplitude para entender o contexto da política social e seus rebatimentos no atendimento das necessidades da população atendida pelo equipamento.

Ao falarmos sobre a estrutura de trabalho do(a) assistente social, devemos considerar ainda que o Serviço Social seja reconhecido enquanto profissão liberal, o(a) profissional dispõe de autonomia relativa na execução de suas atividades, certa vez que não exerce suas atividades como autônomo segundo Iamamoto (2005), pois, precisa estar vinculado a uma instituição seja ela pública ou privada, impulsionado pela compra e venda de sua força de trabalho, enfrentando cotidianamente o dilema entre as demandas solicitadas pelas instituições empregadoras e as demandas aclamadas pela população atendida por esta.

Além disso, o profissional de Serviço Social é requisitado para viabilizar a prestação de serviços diretos aos usuários através do atendimento e na garantia de bens e serviços previstos e estabelecidos nas políticas sociais. Especialmente na assistência social, Trindade [s.d], nos traz que a precariedade das condições dos usuários que procuram o Serviço Social faz com que os assistentes sociais aumentem a concessão de recursos materiais, e aumento das demandas e da escassez de verbas levam os profissionais a realizar uma tarefa de seletividade daqueles que terão acesso aos serviços, isto claro, realizando um levantamento de informações sobre a vida do usuários.

Segundo a lei nº 8.662/93 é considerado competência do(a) assistente social a elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas sociais, assim como compete a eles planejar, organizar e administrar os benefícios e Serviços Sociais, e considera-se também ações privativas desses profissionais a coordenação, elaboração, execução, supervisão e avaliação de estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área do Serviço Social. Logo, cabe ao profissional assistente social inserido na PNAS utilizar a legislação para

respaldar a execução de suas atividades, todavia, vamos de encontro com as precariedades impostas no cotidiano desses profissionais.

Esse contexto reflete os efeitos do neoliberalismo, que promove a mercantilização dos direitos sociais, impondo restrições orçamentárias e precarizando o trabalho dos(as) assistentes sociais. Behring e Boschetti (2011) argumentam que as políticas neoliberais envolvem o financiamento público, transferindo responsabilidades do Estado para a esfera privada, o que agrava as desigualdades sociais e afeta diretamente a execução da PNAS.

Luz (2015) nos traz que a atuação do(a) assistente social está cada vez mais condicionada aos critérios de eficiência e eficácia, com a imposição de metas relacionadas ao número de famílias atendidas e o aumento das atividades realizadas pelos profissionais, sem a disponibilização suficiente de recursos humanos para atender à demanda. Além disso, os serviços têm sido padronizados por meio do uso extensivo de formulários eletrônicos. Esse contexto limita a dimensão reflexiva da prática profissional, favorecendo ações pragmáticas e comprometendo a autonomia do(a) assistente social.

Sendo assim, é possível compreendermos que a atuação do(a) assistente social na Política de Assistência Social está permeada por desafios éticos e metodológicos, que exigem uma postura crítica e reflexiva diante das contradições do sistema. Esses profissionais, mesmo em meio às adversidades, desempenham um papel fundamental na luta pela garantia dos direitos sociais, utilizando o arcabouço legal e ético da profissão como respaldo para suas práticas.

Nesse contexto, os efeitos das políticas de austeridade se evidenciam de forma contundente na precarização dos serviços oferecidos pelos equipamentos públicos. A precarização dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) tem se intensificado principalmente a partir das medidas de austeridade implementadas pelos governos neoliberais. Esses equipamentos são fundamentais para a operacionalização da PNAS e enfrentam desfinanciamento crônico, sobrecarga de trabalho, escassez de recursos materiais e humanos, e estruturas físicas inadequadas. Essa realidade compromete a qualidade dos serviços prestados à população em situação de vulnerabilidade, limita a efetivação dos direitos sociais e intensifica os desafios éticos e metodológicos enfrentados pelos(as) assistentes sociais.

5. EVIDÊNCIAS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Os resultados desta pesquisa evidenciam que as políticas sociais neoliberais, implementadas em diferentes contextos governamentais no Brasil, promoveram transformações significativas no campo da assistência social. Essas transformações refletem a lógica neoliberal, que reduz o papel do Estado na provisão de direitos sociais, prioriza a responsabilidade individual e valoriza o mercado como regulador das relações sociais e econômicas. Entretanto, os recursos orçamentários destinados à assistência social variam significativamente de acordo com a política de cada governo.

A análise dos diferentes períodos governamentais nos permite identificar desafios enfrentados no cotidiano de trabalho dos(as) assistentes sociais, os impactos dessas mudanças em sua atuação profissional e os princípios éticos afetados.

A seguir, apresenta-se uma síntese dos Desafios no Cotidiano de Trabalho dos(as) Assistentes Sociais e dos Impactos no Trabalho dos(as) Assistentes Sociais foram formulados pela autora com base no estudo bibliográfico abordado e discutido ao longo deste trabalho:

TABELA 01 — Tabela síntese dos desafios no cotidiano de trabalho dos(as) assistentes sociais e dos impactos dos(as) assistentes sociais:

| Período/Governo | Desafios no Cotidiano de Trabalho dos(as) Assistentes Sociais | Impactos no Trabalho dos(as) Assistentes Sociais | Princípios Éticos do Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social Afetados |
|---------------------------------------|--|--|---|
| Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) | Enfraquecimento das conquistas da Constituição de 1988; Priorização da responsabilidade fiscal sobre as políticas sociais; Onda de privatizações impacta o | Dificuldade na implementação de programas sociais; Precarização das condições de trabalho. | Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa ao arbítrio e autoritarismo; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população. |

| | | | |
|--|---|---|---|
| | acesso a serviços essenciais. | | |
| Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) | Manutenção da estabilidade econômica com ampliação dos programas sociais; Criação do Bolsa Família e fortalecimento da segurança alimentar; Redução da pobreza, mas com foco em políticas compensatórias. | Expansão dos serviços sociais, mas com limitações estruturais. | Ampliação e consolidação da cidadania; Compromisso com a elaboração de propostas que visem eliminar as desigualdades sociais. |
| Dilma Rousseff (2011-2016) | Expansão dos programas sociais e ampliação do consumo; Aumento do financiamento para políticas assistenciais; Crescente oposição política e crise econômica impactam os investimentos sociais. | Fortalecimento da rede de proteção social, mas com instabilidade devido à crise política e econômica. | Articulação com os movimentos sociais na defesa dos direitos sociais; Defesa dos direitos da classe trabalhadora. |
| Michel Temer (2016-2019) | Redução e cortes nos investimentos sociais (PEC do Teto de Gastos); Reforma trabalhista precariza os direitos dos trabalhadores; Regresso das conquistas sociais alcançadas nos governos | Restrição do acesso aos benefícios sociais; Enfraquecimento dos direitos dos trabalhadores. | Compromisso com a elaboração de propostas que visem eliminar as desigualdades sociais; Articulação com os movimentos sociais na defesa dos direitos sociais. |

| | | | |
|-------------------------------|--|--|---|
| | anteriores. | | |
| Jair Bolsonaro (2019-2022) | Desmonte de políticas sociais e retirada de direitos; Negacionismo na pandemia agravou a crise social e econômica; Retorno ao mapa da fome e aumento da informalidade no trabalho. | Redução das possibilidades de mobilização política; Precarização das condições de trabalho e maior vulnerabilidade social. | Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa ao arbítrio e autoritarismo; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população. |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A partir da apresentação dos resultados, torna-se evidente que as políticas neoliberais impactaram diretamente a assistência social e a atuação profissional dos(as) assistentes sociais, refletindo-se na precarização das condições de trabalho e na restrição do acesso aos serviços sociais.

Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer, observa-se uma priorização das medidas fiscais em detrimento das políticas sociais, resultando em desafios significativos para a categoria profissional e para a população usuária. No período de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, houve uma ampliação dos serviços sociais, embora ainda limitados por desafios estruturais e crises econômicas. Com Jair Bolsonaro, o desmonte das políticas sociais e a crise sanitária intensificaram a vulnerabilidade social, afetando diretamente os princípios éticos do Serviço Social, como a defesa intransigente dos direitos humanos.

Dessa forma, a análise evidencia que a fragmentação das políticas sociais sob a lógica neoliberal compromete o direito da população à assistência social e desafia a atuação dos(as) assistentes sociais, exigindo maior mobilização da categoria para a defesa de direitos e fortalecimento das políticas públicas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que, que os governos alinhados a partidos de direita e centro-direita, como os de FHC, Temer e Bolsonaro, tendem adotar políticas neoliberais como mais facilidade, visto que, a direita e a centro-direita tendem a defender menor intervenção estatal na economia, maior liberdade de mercado e privatizações, certa vez que, estes são alguns dos princípios centrais do neoliberalismo. Acreditam que o setor privado é mais eficiente que o Estado na gestão de recursos, o que justifica políticas como desregulamentação, austeridade fiscal e redução de gastos públicos. Sendo eles, governos que dificultaram o desenvolvimento da assistência social.

Diante dessa situação, nota-se que os governos de Lula e Dilma, originários de partidos políticos de centro-esquerda, apresentam características distintas daquelas observadas nos governos anteriormente citados. Ambos adotaram um modelo social-desenvolvimentista, que articula crescimento econômico com políticas sociais redistributivas. Mais precisamente, esses governos demonstraram capacidade em conciliar interesses aparentemente antagônicos: por um lado, atendendo às demandas da classe trabalhadora por meio de ampliação de direitos e programas sociais; por outro, mantendo diálogo produtivo com setores empresariais e empreendedores, através de políticas de incentivo à produção e ao crédito, o que permitiu a construção de uma coalizão desenvolvimentista que sustentou o crescimento econômico boa parte dos mandatos.

Além disso, percebe-se que no governo de Lula, entre os anos 2004 e 2007 o Brasil teve o privilégio de ter Maria Luiza Amaral Rizotti como Secretária Nacional de Assistência Social, uma das lideranças que ajudou a transformar a assistência social no Brasil de um modelo assistencialista para um sistema de direitos e seu trabalho foi fundamental para que o SUAS se tornasse referência na América Latina. Rizzotti trabalhou na descentralização e financiamento da assistência social, garantindo que estados e municípios recebessem recursos federais repassados.

Todavia, pode-se observar que, a assistência social no Brasil depende do projeto político em vigor. Enquanto governos neoliberais a fragilizam, projetos comprometidos com direitos sociais (como no ciclo Lula-Dilma) provam que crescimento econômico e redução de desigualdades são compatíveis.

Por fim, nota-se que a construção de uma assistência social universal e de qualidade no Brasil permanece um desafio urgente, que exige financiamento do SUAS e políticas redistributivas como dever do Estado, independente do partido político do governo em vigor.

Além disso, faz-se necessário a integração entre assistência social, saúde, educação e economia solidária para enfrentar desigualdades estruturais e políticas de austeridade. Portanto, é indispensável a participação popular (conselhos, fóruns) para garantir transparência e evitar retrocessos.

7. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **A Política Social no Governo Lula**. Ciências Sociais, São Paulo, v. esp, pág. 1-30, 2007. Disponível em: http://socialsciences.scielo.org/_pdf/s_nec/v1nse/Maria_Herm%EDnia_Tavares_de_Almeida. Acesso em: 3 nov. 2024.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOSCHETTI, Ivanete. O futuro das políticas sociais no governo Lula. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 1, pág. 13-14, jan./jun. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/_j_rk/a/CjtN4T5JXN3svgG6V4C7F8b/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 3 nov. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF [2009]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 17 mar. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1998)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm. Acesso em 17 mar. 2024.
- CAMARAO, Pedro. **Como o PT salvou o Brasil: o consumo das famílias como motor do crescimento - Revista Focus Brasil**. Disponível em: <
<https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2022/03/06/como-o-pt-salvou-o-brasil-o-consumo-das-familias-como-motor-do-crescimento/#:~:text=Nos%20governos%20petistas%2C%20a%20vari%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 26 jun. 2024.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A tragédia e a farsa – a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.
- CASTELAR, A. et al. **Textos para Discussão 91 O BRASIL NA DÉCADA DE 90: UMA TRANSIÇÃO BEM-SUCEDIDA?**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/13894/1/O%20Brasil%20na%20d%C3%A9cada%20de%2090%20uma%20transi%C3%A7%C3%A3o%20bem-sucedida.%20td-91_P_BD.pdf.
- CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 1. ed. em e-book baseada na 12. ed. impressa. São Paulo: Cortez, 2018.
- COSTA, Lucia Cortes da. **A assistência social, previdência e transferência de renda em tempos de ajustes fiscais – de Temer a Bolsonaro**. In: BRASIL: incertezas e submissão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 273. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2019/09/Brasil-incertezas-e-Submiss%C3%A3o-Epub1.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2024.

DE ARAUJO, Victor Leonardo. **A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/TDD_01_2023.pdf>.

DE SERVIÇO SOCIAL, Conselho Federal. **Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão**. Brasil, 2012.

DE SERVIÇO SOCIAL, Conselho Federal *et al.* **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social**. 2007.

DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Tempo Social São Paulo, v. 15, n. 2, p. 63-101, nov. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/GBKWMqJqgmbVQXMyYVGpQNh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 29 out. 2024.

FERREIRA DA SILVA, Roberta. *et al.* **Políticas Sociais no Brasil: Do Neoliberalismo ao governo Temer**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/politicassociaisnobrasildoneoliberalismoaogovernotemer.pdf>>.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

GUEDES, A. **Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>>.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2005. 380 p.

JOSÉ, D.; ANTUNES, N. **O Brasil dos anos 90: um balanço**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L9/LEP9_04Davi.pdf.

JOSÉ DE OLIVEIRA NEGRÃO, J. [s.l.: s.n.]. Disponível em: https://www4.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_negrao.pdf.

LASTA, Leticia Lorenzoni. **Políticas de assistência social no Brasil: o governo da vida pela proteção e inclusão social**. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/141505/000993098.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 nov. 2024.

MENCHISE, Rose Mary; FERREIRA, Diogo. Menchise; ÁLVAREZ, Antón Lois Fernandez. **Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdade: Uma análise principalmente do Brasil**. Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc., Rio de Janeiro, RJ, Vol. 16, n. 1, p. 1-21, jan./abr. 2023.

MIANI, R.; DA, G.; OLIVEIRA, C. **As políticas sociais do governo Dilma Rousseff retratadas por meio da charge na imprensa sindical.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.uel.br/pos/sersocial/pages/arquivos/Congresso%202022/Movimentos%20Sociais%20e%20participacao%20social/6498-407717-56770-2022-04-05.pdf>>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Ministério do planejamento, orçamento e gestão secretaria de planejamento e investimentos estratégicos. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ppa/2004-2007/ppa-2004-2007/proposta/anexo1.PDF>> . Acesso em: 19 jun. 2024.

MOTA, Ana Elizabete. **Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes.** In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 1ª ed. São Paulo: Cortez editor, 2006, v.01. 408p.

NEGRÃO, J. J. DE O. **O governo FHC e o neoliberalismo.** Lutas Sociais, n. 1, p. 103–112, 1996.

NERI, Marcelo; CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício Cortez. **Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0743.pdf.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. **A precarização no trabalho do assistente social na política de assistência social.** In: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2015, São Luís. Anais [...]. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2015. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/a-precariizacao-no-trabalho-do-assistente-social-na-politica-de-assistencia-social.pdf> . Acesso em 14 abr. 2025.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita. **O Brasil na década de 90: uma transição bem-sucedida?** Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

QUEIROZ DE MOURA, Kamylla. **Os Desafios Do Exercício Profissional Do Assistente Social Na Contemporaneidade E A Importância Da** OLIVEIRA, Breno da Silva. *et al.* **Uma análise das políticas sociais nos governos lula e dilma e a emancipação humana como compromisso do serviço social.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_455_455610843e957de1.pdf> .

ORGANIZAÇÃO COLETIVA. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/os-desafios-do-exercicio-profissional-do-assistente-social-na-contemporaneidade-e-a-importancia-da-organizacao-coletiva.pdf>> . Acesso em 17 mar. 2024.

SALGADO SANTOS, Tiago. **Neoliberalismo e totalitarismo: notas sobre o caráter antidemocrático das políticas neoliberais**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. PUC, S. Paulo, p. 41-69, mai. 2022 – ago. 2022.

SANTOS SALGADO, Tiago. **Rumo à barbárie neoliberal**. [s.l.] Telha, 2023.

SALLUM JR., Brasílio; GOULART, Jeferson O. **O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula**. Revista de Sociologia e Política, v. 24, n. 60, p. 115–135, dez. 2016.

SALLUM JR., Brasílio. **O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 23-47, out. 1999 (editado em fev. 2000).

SANTANA DE SOUSA, Franciele. **Os Impactos Do Neoliberalismo Na Política De Seguridade Social Brasileira**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo16-impasseesedesaafiosdaspoliticasdaseguridadesocial/osimpactosdoneoliberalismonapoliticadeseguridadesociabrasileira.pdf>> . Acesso em 17 mar. 2024.

SANTOS, Greice; MANCINI, Marina; NEVES, Victória. Contrarreforma neoliberal e política social: uma análise sobre o serviço social. **Serviço Social em Debate**, v. 2, n. 1, 2019.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **A política de assistência social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): processo de construção e de desmonte**. In: Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Vitória, ES, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22060> . Acesso em: 3 nov. 2024.

SILVA, Rosimeri Vasconcelos da; BRUN, Murilo Sartori. **A produção da assistência social no Brasil no contexto da política de austeridade neoliberal**. Serviço Social e Saúde. Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 1-25, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634883/2783> . Acesso em: 25 set. 2024.

SILVA, Mossicleia Mendes da; MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **A política de assistência social no governo Bolsonaro: um panorama do desmonte**. In: GENTIL, Denise Lobato; e outros. **Estado de exceção e neoliberalismo periférico**. Navegando Publicações, 2023. p. 95. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/files/ugd/35e7c6_89813f3e511e4da4b2f415a68f03fe7f.pdf . Acesso em: 6 nov. 2024.

SIQUEIRA, Marcos César Alves. **A Política de Assistência Social no Governo Lula: Entre a inovação e a ortodoxia neoliberal**. 2012. Tese de Mestrado – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/10749/1/2012_MarcosC%c3%a9sarAlvesSiqueira.pdf . Acesso em: 3 nov. 2024.

TRINDADE, Rosa L. Predés. **Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais**. [s.l.: s.n.].